

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Serviço Social - SER



Mídia, Infância e Violência Sexual

Ivy Dantas Silveira

Brasília
Dezembro/2007

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Serviço Social - SER

Mídia, Infância e Violência Sexual

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Pinto Leal

Brasília
Dezembro/2007

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao grande anjo da minha vida, minha mãe Sônia, por ter sido meu maior exemplo de mulher, por ter me ensinado valores, por ter me dedicado muito amor e por ter me transformado na pessoa que sou hoje. Sou grata a ela principalmente por ter me deixado a certeza de que estará comigo pela eternidade.

Agradeço ao meu amado pai, Roberto, por ter acreditado no meu potencial desde a infância e por ter sempre investido no meu futuro, pelas broncas e incentivos na hora dos estudos. Agradeço ainda por ter sido compreensivo e ao mesmo tempo exigente nos meus momentos de fraqueza.

Agradeço ao meu irmão Og, por ter me amado a sua maneira e por ter sido meu grande amigo durante toda minha vida.

Agradeço às minhas irmãs de coração, Angélica, Camila, Isabella e Talita por terem estado comigo durante esses quatro anos de faculdade, sempre, dando-me a mão nas horas difíceis. Agradeço aqui, principalmente, à Juliana por ter participado diretamente de toda a construção da minha monografia, por ter me acompanhado durante a fase do trabalho de campo e por nunca ter me deixado desistir.

Agradeço à minha tia Wânia, assistente social que me inspirou e me incentivou a escolher o curso de Serviço Social, pelos grandes e sábios conselhos a mim dedicados e por ter sido minha segunda mãe em vários momentos da minha vida.

Agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Maria Lúcia Leal, por termos juntos conseguido ultrapassar os obstáculos e concluir o presente trabalho com êxito, juntamente com os professores Mário Ângelo Silva e Patrícia Pinheiro por terem aceitado ao convite de compor a minha banca examinadora.

Agradeço à Railssa Peluti e à Manoela Hartz, colaboradoras da ANDI, pela atenção e presteza ao me disponibilizarem o material necessário para realização dessa pesquisa.

Por fim, agradeço a Deus, nosso Pai maior, pelo conforto concedido e pelas bênçãos prestadas diante das dificuldades.

EPÍGRAFE

“Estamos bem informados? Não exagere se
prognostico que o futuro da sociedade
humana depende da resposta
a esta pergunta”
Arnold Toynbee

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Número de matérias publicadas no Correio Braziliense e número de matérias publicadas no Jornal de Brasília..... | 33 |
| Quadro 2: Número de matérias publicadas pelo Correio Braziliense que narravam casos de abuso sexual contra crianças e/ou adolescentes..... | 34 |
| Quadro 3: Número de casos de abuso sexual ocorridos de acordo com o bairro..... | 34 |
| Quadro 4: Relação de parentesco entre o abusador e a vítima..... | 35 |
| Quadro 5: Menção ao Estatuto da Criança e do Adolescente ou outra legislação..... | 35 |
| Quadro 6: De acordo com o nome do abusador e da vítima..... | 35 |
| Quadro 7: Número de casos envolvendo crianças e número de casos envolvendo adolescentes..... | 36 |
| Quadro 8: Matérias com propostas de denúncia e busca de soluções para o combate do abuso sexual infantil..... | 36 |
| Quadro 9: Foco da matéria publicada..... | 36 |
| Quadro 10: Total de matérias que não narravam casos de abuso sexual infantil..... | 37 |
| Quadro 11: Número de matérias publicadas pelo Jornal de Brasília que narravam casos de abuso sexual contra crianças e/ou adolescentes..... | 37 |
| Quadro 12: Número de casos de abuso sexual ocorridos de acordo com o bairro..... | 37 |
| Quadro 13: Relação de parentesco entre o abusador e a vítima..... | 38 |
| Quadro 14: Menção ao Estatuto da Criança e do Adolescente ou outra legislação..... | 38 |
| Quadro 15: Existência do nome do abusador e da vítima..... | 39 |
| Quadro 16: Número de casos envolvendo crianças e número de casos envolvendo adolescentes..... | 39 |
| Quadro 17: Matérias com propostas de denúncia e busca de soluções para o combate do abuso sexual infantil..... | 39 |
| Quadro 18: Foco da matéria publicada..... | 40 |
| Quadro 19: Total de matérias que não narravam casos de abuso sexual infantil..... | 40 |

RESUMO

O objetivo do presente estudo é verificar se a mídia impressa se comporta como agente de mobilização social no enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. A seguinte pesquisa foi realizada por meio da análise de todas as matérias de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2006 referentes ao tema do abuso sexual infantil, dos seguintes jornais: Correio Braziliense e Jornal de Brasília. Foram ainda realizadas entrevistas semi-estruturadas com um profissional da área de violência de cada jornal. Os resultados indicam que a mídia possui um papel de mobilizador social, no entanto, esse papel não é efetivado quando o assunto é a violência sexual infantil. O estudo sugere que a pesquisa realizada no Distrito Federal seja ampliada para outros estados do Brasil, para que seja possível uma visão mais abrangente dos problemas aqui detectados. Recomenda-se ainda que as Universidades do Brasil invistam na formação e na capacitação dos estudantes de Comunicação Social, a fim de que estes se tornem qualificados ao trabalhar as questões e os problemas da criança e do adolescente brasileiros.

Palavras-chave: violência; abuso sexual; infância; mídia

ABSTRACT

The aim of this study is to verify if the printed media conducts as an agent of social mobilization when facing sexual abuse against children and adolescents. The research was carried out by analysing all material referring to sexual child abuse printed between January 1 and December 31 of 2006 in the following journals: Correio Braziliense and Jornal de Brasília. Semi-structured interviews has been held with professionals of these two journals, who work within the area that deals with violence. The results indicate that the media has a duty as social mobilizer, however, this duty is not carried out when it comes to sexual violence against children. The study suggests that the research that took place in the Federal District should be applied and carried out in other Brazilian states, so that the problems detected in this study can be placed in a wider perspective. It is recommended that the Brazilian universities invest in the education and capacity of the students within social communication, so that these students can become adequately qualified when it comes to working with these questions and the problems concerning Brazilian children and adolescents.

Keywords: violence, sexual abuse, childhood, media

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO..... | 10 |
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA..... | 14 |
| 1.1 Procedimentos Metodológicos..... | 14 |
| CAPÍTULO 2 – A VIOLÊNCIA E A INFÂNCIA..... | 19 |
| 2.1 Violência sexual com criança e adolescente..... | 19 |
| 2.2 Aspectos conceituais do abuso sexual contra crianças e adolescentes..... | 22 |
| 2.2.1 O abuso sexual no contexto intrafamiliar..... | 24 |
| 2.3 As conseqüências do abuso sexual em crianças e adolescentes..... | 25 |
| CAPÍTULO 3 – A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E A MÍDIA..... | 27 |
| 3.1 A mídia impressa..... | 27 |
| 3.2 A mídia como mobilizador social no contexto do abuso sexual infantil..... | 28 |
| 3.2.3 A mídia e o agendamento político..... | 30 |
| CAPÍTULO 4 – A PERCEPÇÃO DA MÍDIA SOBRE O ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES..... | 33 |
| 4.1 Resultado e análise dos dados..... | 33 |
| 4.1.1 Achados obtidos durante o monitoramento das matérias publicadas nos jornais trabalhados..... | 33 |
| 4.1.2 A percepção dos jornalistas do Distrito Federal em face da questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes..... | 40 |
| 4.2 Ressalvas..... | 46 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 47 |
| REFERÊNCIAS..... | 50 |

| | |
|---|----|
| ANEXOS..... | 53 |
| Anexo 1 - Roteiro de entrevistas para os jornalistas..... | 53 |
| Anexo 2 - Roteiro para análise de conteúdo das matérias selecionadas..... | 54 |

APRESENTAÇÃO

A sistematização da pesquisa foi inspirada na experiência de estágio, realizado no Núcleo de Serviço Social do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF) onde o foco era a violência de gênero e infantil, pelas disciplinas de Pesquisa 01 e Pesquisa 02, bem como por meio do interesse em desvendar os objetivos da mídia em relação à garantia e ao agendamento da questão dos direitos da criança e do adolescente, no combate ao abuso sexual. Esta monografia conta com a orientação da professora Maria Lúcia Leal durante a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Este estudo constou de uma introdução na qual se fez com um apanhado geral, não aprofundado dos temas abordados durante a pesquisa, sendo eles: a temática da violência sexual infantil no contexto histórico bem como suas implicações na vida de tais sujeitos; e a história da mídia e sua relação com a mobilização social, bem como com o agendamento político. Ainda dentro da introdução apresentou-se a metodologia escolhida para a realização da pesquisa de campo, apontando aspectos conceituais, e demonstrando o porquê do método escolhido.

No Capítulo 1 deste estudo, fez-se o aprofundamento da questão da violência, apresentando suas várias implicações na vida do homem e da sociedade, mais especificamente, na vida dos jovens. Tratou-se, ainda, dos conceitos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, bem como de suas conseqüências sociais e psicológicas que decorrerão na vida futura de tais sujeitos.

Logo após, no Capítulo 2, trabalhou-se a violência sexual infantil dentro da perspectiva da mídia, para que possa ser possível entender como os meios de comunicação são responsáveis por mobilizar a sociedade para que os direitos da criança e do adolescente passem a ser discutidos na pauta do governo e façam parte da agenda política para a formulação, execução e avaliação de Políticas Públicas sobre o tema.

No Capítulo 3, por sua vez, foram analisados os dados encontrados na pesquisa, bem como apresentados seus resultados. Nesse capítulo, analisou-se, igualmente, a visão que os jornais do Distrito Federal têm da importância de se discutir os assuntos ligados aos direitos da infância. Além disso, foram consideradas as formas como essa questão vem sendo tratada na prática, com base em análise documental dos jornais descritos e por meio das entrevistas realizadas.

Nas considerações finais, encontram-se descritos os resultados colhidos no estudo que têm a intenção de dar visibilidade à importância dos meios de comunicação em divulgar e analisar os casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, bem como sua conjuntura social, para que seja possível a efetivação de uma mobilização por parte da sociedade. O estudo se propõe também a dar sugestões de como a imprensa pode ser efetiva na construção das prioridades da agenda política do país.

INTRODUÇÃO

O abuso sexual é considerado um grande problema social que deve ser devidamente compreendido e estudado para que seja possível a criação de Políticas Públicas que visem combater tal fato. Nos últimos anos, a questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes tem sido tratada com mais cuidado e atenção. Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, os direitos da infância para a questão em tela estão tendo mais visibilidade por parte da toda sociedade, bem como dos governantes. No entanto, percebe-se, ainda, que tais acontecimentos ocorrem com muita frequência principalmente no ambiente familiar e na vizinhança. Dentro desse contexto, é pertinente destacar a definição de abuso sexual:

ato ou jogo sexual a que o adulto submete a criança ou adolescente com ou sem consentimento da vítima, para estimular-se ou satisfazer-se, impondo-se pela força física, pela ameaça, ou pela sedução com palavras ou com oferta de presentes (Vivarta, 2003. p. 126).

É pertinente destacar aqui, o papel da Organização Não-Governamental, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) que desde 1992 desenvolve um conjunto de estratégias direcionadas à expansão da presença de temáticas associadas à infância e à adolescência na pauta dos meios de comunicação brasileiros, com o intuito de ampliar e fortalecer a promoção dos direitos de meninas e meninos brasileiros, contribuindo para o agendamento dessa questão na mídia brasileira.

Todos os dias milhares de notícias são publicadas nos jornais. Todos os dias crianças sofrem abuso sexual, sendo que em sua grande maioria por pais, padrastos e vizinhos. A mídia tem papel fundamental na formação de opinião e na mobilização social por meio do agendamento responsável por essa temática na pauta da imprensa. Em 2003, foi incorporado à metodologia de análise da ANDI um item que quantifica as citações de Políticas Públicas Governamentais nas matérias monitoradas. O objetivo é observar se existe por parte dos jornalistas preocupação em abordar os assuntos sobre infância e adolescência focalizando ações sociais do Estado (ANDI, 2005).

A ANDI é formada por jornalistas que têm como objetivo contribuir para a qualidade da informação pública de temas relevantes para a promoção e defesa dos

direitos da infância e da adolescência. Atua por meio de pesquisas (monitoramento), mobilização e qualificação. Por ter tais objetivos, ela foi a principal fonte de dados, pois contempla a maior parte da pesquisa de campo. Enquanto alguns temas continuam sendo os principais, como a educação e a violência, outros passaram por expressivo crescimento, como direitos e justiça, esporte e cultura, a condição da criança que sofre abuso sexual permaneceu praticamente fora da mídia.

O jornalismo é uma importante arma para que seja possível lutar pelos direitos das crianças e dos adolescentes. É um grande poder que pode ser usado para tentar colocar em evidência a questão do abuso sexual que muitas crianças sofrem todos os dias, muitas vezes dentro da própria casa. Com isso, torna-se importante destacar que o presente estudo visa verificar se a mídia impressa realiza esse papel de forma satisfatória. Para tal foi levantada a seguinte pergunta: *A mídia impressa do Distrito Federal possui um papel de mobilização social no que se refere ao combate do abuso sexual contra crianças e adolescentes?*

Com a finalidade de responder essa pergunta, foi levantada a seguinte hipótese: Em geral, a mídia impressa do Distrito Federal não se comporta como um agente de mobilização social no combate ao Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes. A partir dessa suposição, a seguinte pesquisa buscou saber se os dois principais jornais impressos do Distrito Federal, Correio Brasiliense e Jornal de Brasília, fizeram uma cobertura, quanti-qualitativa, sobre a questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes durante o ano de 2006.

Esta pesquisa consiste na realização do trabalho de conclusão de curso que é requisito para a obtenção do título de assistente social na Universidade de Brasília (UnB). Tal estudo tem como objetivo verificar se a mídia impressa se comporta como agente de mobilização social no enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. Para tal, foram analisadas todas as matérias de janeiro a dezembro de 2006 que trataram o tema do abuso sexual infantil, dos seguintes jornais: Correio Braziliense e Jornal de Brasília. Foram ainda realizadas entrevistas semi-estruturadas com um profissional da área de “policia” de cada jornal.

CAPÍTULO 1

1 METODOLOGIA

1.1 Procedimentos metodológicos

O presente estudo trata de uma pesquisa social quanti-qualitativa em que os instrumentos utilizados para a coleta e a análise dos dados prezam tanto pela qualidade como pelos achados estatísticos. A pesquisa social, como propõe Soriano (2004), constitui-se em um processo no qual se vincula diferentes tipos de abstração, se exercem princípios metodológicos e se executam processos específicos articulados de maneira lógica, com base em teoria, métodos, instrumentos e técnicas adequados para o alcance de um conhecimento prático sobre determinados fenômenos sociais.

O papel do pesquisador social deve ser o de denunciar ações que desvirtuem os programas voltados para a melhoria da condição de vida da sociedade, ou seja, ele não deve aceitar passivamente a sucessão dos acontecimentos que prejudica essa população. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa social não deve ser usada para legitimar atos demagógicos do governo, tampouco, para resolver conflitos sociais em favor de interesses dos setores do poder que são, por sua vez, os interesses da classe burguesa dominante. Pode-se inferir, então, que a pesquisa social desempenha papel de grande importância, não apenas por fornecer um conhecimento empírico da realidade social, mas também por permitir uma compreensão e explicação científicas dos casos sociais em seu contexto histórico (SORIANO, 2004).

Segundo Soriano (2004), para estudar os fenômenos sociais, é preciso considerar uma perspectiva teórica na qual o pesquisador possa compreendê-los e explicá-los com maior profundidade, evitando análises superficiais e fragmentadas que isolem o fenômeno estudado de suas condições sócio-históricas em que ele está inserido. No presente estudo, a teoria do método escolhido foi a do materialismo histórico-dialético na qual a premissa básica deve evitar que o estudo da sociedade se inicie a partir de qualquer elemento, sendo necessário separar os elementos de sua totalidade. Para isso, é importante que o pesquisador isole mentalmente os fenômenos que pretende estudar,

para que possa realizar uma análise profunda de seus variados aspectos, mas isso não significa afirmar que os fatos sociais se apresentam isolados da realidade concreta.

Para Pinheiro (2004), a dialética visa compreender o mundo como um conjunto de processos dinâmicos que transformam a realidade. Para o método dialético, o mundo não deve ser entendido a partir de uma visão única e acabada. Aqui as coisas passam por processos de transformação e cada vez são realizados novos progressos. A dialética é passível de modificações, pois se apresenta em movimento, com a possibilidade de desenvolvimento contínuo. Para a autora, o fato não pode ser entendido de maneira estática, mas sim num “vir a ser” contínuo, aceitando as mudanças que ocorrem na realidade, modificando-a.

Inicialmente, a pesquisa consistiu em um levantamento bibliográfico em que se buscou discutir as categorias-chave do estudo, sendo elas: (1) a violência de maneira geral e depois, em seu recorte, o abuso sexual infantil; (2) a infância e adolescência, por se considerar importante avaliar seu contexto histórico e suas especificidades ao serem tratados, agora, como sujeitos de direito; (3) a mídia impressa, retratando um pouco sua história, e depois relacionando com o aspecto da mobilização social e seu papel no agendamento público de assuntos como Políticas Sociais.

Para a execução do trabalho de campo, primeiramente, houve a fase de levantamento de dados, na qual se realizou uma análise documental de todas as matérias editadas de primeiro de janeiro a 31 de dezembro de 2006 que tratassem o tema de abuso sexual contra crianças e adolescentes dos seguintes jornais: Correio Braziliense e Jornal de Brasília. Tal amostra foi selecionada pelo fato de os jornais serem do Distrito Federal, e com isso, poder-se-ia buscar tais dados mais facilmente. Essa pesquisa contou com o apoio da Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI), outro fato que determinou a amostra, pois a referida instituição faz um trabalho de clipagem¹ de matérias relacionadas à infância e à adolescência desses dois jornais analisados.

Neste estudo, optou-se por coletar dados quantitativos das matérias, porém a reflexão em torno deles ocorreu de forma qualitativa, pois como afirma (Pinheiro, 2004), a pesquisa quantitativa nos permite apreender os dados da realidade e dimensionar os problemas com os quais está proposto trabalhar, no entanto, ela por si só

¹ Clipagem é um método de monitoramento utilizado pela ANDI, onde tem-se o objetivo de separar, catalogar e arquivar certos dados dentro das matérias selecionadas. É um trabalho de base para o desdobramento de novas sugestões de pauta.

não é suficiente para trazer as concepções dos sujeitos. No caso de utilizar apenas a pesquisa quantitativa, uma amostra representativa asseguraria a possibilidade de uma generalização dos resultados.

A pesquisa quantitativa consiste em um estudo estatístico que se destina a descrever as características de determinada situação, medindo numericamente as hipóteses levantadas a respeito de um problema. Esse tipo de pesquisa visa confirmar se os dados mensuráveis obtidos da amostra são estatisticamente válidos para o universo do qual a amostra foi retirada. A pesquisa qualitativa, por sua vez, não depende fortemente de uma análise estatística para suas inferências ou de métodos quantitativos para a coleta de dados, o pesquisador deve então, estar imerso no contexto e na perspectiva interpretativa de condução da pesquisa (GUNTHER, 2006).

Para Martinelli (2001), o que se percebe nas ciências sociais é que os dados qualitativos são muitas vezes incompletos e necessitam de reflexão e questionamento constantemente. Esses dados podem gerar lacunas no conhecimento e os resultados obtidos não permitem um avanço nas práticas profissionais. São instrumentos que permitem maior compreensão da realidade, mas não são suficientes para trazer a possibilidade de uma construção coletiva. Pode-se inferir, então, que a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa não se excluem, pelo contrário, elas se complementam.

A pesquisa com base documental fornece ao pesquisador os dados necessários à coleta de informações. A análise documental pode ser realizada em vários tipos de documentos, podendo ser desde publicações de organismos, até documentos pessoais como, por exemplo, diários, correspondência e outros escritos. Os documentos contêm informações, para isso é necessário fazer uma triagem dos dados, ou seja, julgar sua qualidade em função das necessidades da pesquisa, codificá-los e categorizá-los (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Com isso, além do enfoque quanti-qualitativo da análise documental, foram realizadas, ainda no momento do trabalho de campo, entrevistas semi-estruturadas com um profissional de cada jornal aqui estudado, a fim de enxergar a perspectiva de quem é responsável por conversar diretamente com os sujeitos retratados nas matérias, bem como por realizá-las. O objetivo das entrevistas era saber de que maneira a imprensa se

relaciona com a mobilização social e se de fato ela influi no agendamento político do governo no que tange o abuso sexual contra crianças e adolescentes.

A entrevista semi-estruturada, de acordo com Laville e Dionne (1999) oferece maior amplitude em relação a outros tipos de coleta de informação, pois permite que o entrevistador explique algumas questões durante a realização da entrevista e reformule-as para atender às necessidades do entrevistado. Por meio da entrevista semi-estruturada é possível mudar a ordem das perguntas em função das respostas obtidas a fim de assegurar coerência com o interrogado. A flexibilidade das perguntas possibilita maior contato entre o entrevistador e o entrevistado, sendo favorável então para a profunda exploração dos saberes, bem como de suas crenças e de seus valores.

A análise de conteúdo é uma técnica de análise dos dados, e será aqui utilizada tanto para o monitoramento das matérias veiculadas nos jornais, bem como para a análise do discurso dos entrevistados durante a pesquisa. Para Araújo (2001) a análise de conteúdo parte do pressuposto de que, por trás de um discurso aparente, simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que se torna importante revelar. De acordo com Laville e Dionne (1999), a análise de conteúdo pode trilhar tanto um caminho quantitativo, quanto qualitativo. No primeiro caso, o pesquisador deve agrupar os elementos dos conteúdos em categorias e construir uma distribuição de frequência de tais elementos. No caso da abordagem qualitativa, embora também se sustente numa categorização dos elementos, não os reduz a uma simples frequência, mas sim os detém em suas peculiaridades especificidades.

Uma das primeiras tarefas do pesquisador deve ser efetuar um recorte dos conteúdos em elementos que deverão, em seguida, ser agrupados em torno de categorias, em que tais elementos vão constituir as unidades de análise. Uma forma mais rica de se trabalhar os conteúdos é recortá-lo em temas que traduzem uma idéia particular que pode ser um conceito, ou a relação entre conceitos. Tal direção permite ao pesquisador maior aproximação com o sentido do teor do que se busca, já que a construção das unidades de análises se faz a partir de sua compreensão do conteúdo. As unidades de análise serão, portanto, palavras, expressões, frases ou enunciados que se referem a um ponto e que serão contemplados em função de sua situação no conteúdo e em relação aos outros elementos aos quais estão ligados e que lhes darão valor. (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Durante o trabalho de campo, foram monitoradas 89 matérias que tratavam, no ano de 2006, da questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes, sendo um total de 60 matérias do Correio Braziliense e 29 matérias do Jornal de Brasília. Os jornais do Distrito Federal, bem como suas matérias veiculadas foram analisados de acordo com exemplo da ANDI, no qual são considerados alguns aspectos principais: o número de textos publicados; o número de casos envolvendo crianças e o número de casos envolvendo adolescentes; o bairro; a relação de parentesco entre o abusador e a criança ou adolescente; os textos com ótica de denúncia; os textos com a ótica de busca de soluções; a existência ou a inexistência de uma seção juvenil; a menção ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); a menção de legislação em geral; o nome do abusador; e o nome ou inicial da criança.

Por meio dessa divisão tornou-se possível, além de uma análise quantitativa, uma análise de conteúdo mais detalhada. Algumas categorias como, por exemplo, o tipo de fontes de informação e tipos de editoriais foram desconsideradas no presente estudo.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com uma jornalista da seção de polícia do Jornal de Brasília e com a editora do caderno cidade do Correio Braziliense. Tais entrevistas tinham a finalidade de verificar, sob a ótica de quem realiza/redige tais textos que serão publicados pelos jornais, no que tange ao papel da mídia impressa, a mobilização social necessária para combater os problemas do abuso sexual infantil no Distrito Federal. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas para uma possível apreciação mais detalhada do discurso dessas pessoas, também, de acordo com o método da análise de conteúdo.

CAPÍTULO 2

2 A VIOLÊNCIA E A INFÂNCIA

2.1 Violência sexual com criança e adolescente

Tratar a categoria violência, de uma maneira abrangente, não é um trabalho fácil, pois trata-se de uma questão complexa. A intenção no seguinte estudo é apresentar as contribuições de alguns autores acerca da questão contextualizá-la e problematizá-la dentro da especificidade da infância e adolescência.

A violência não é uma exclusividade do mundo moderno e contemporâneo, ao contrário, ela está presente na história da humanidade desde seus primórdios. Percebe-se que ela afeta, de várias formas, a saúde, o pleno desenvolvimento e a cidadania das pessoas. No Brasil, especificamente nos últimos 40 anos, vem-se observando um acelerado processo de urbanização que resultou na redução do controle social e favoreceu o aumento de todos os tipos de violência (BRASIL, 2002).

Odalia (2002), por sua vez, resgata o caráter histórico da violência e afirma que ela sempre existiu, porém, manifesta-se de diversas maneiras nas diferentes sociedades. Entretanto, ressalta que o homem não deve ser considerado possuidor de uma natureza essencialmente violenta, pois, sendo um ser histórico, é capaz de modificar as condições de sua existência, principalmente, se estiverem dentro de um universo violento. Esse aspecto se contrapõe à opinião de que o homem é um ser violento. Dentro dessa perspectiva, Bandeira afirma que:

[...] a violência não é um elemento constitucional da natureza do ser humano. Tanto na 'natureza humana' como na 'natureza das relações sociais', a violência não é natural, não é espontânea, não é dada. Ao contrário, o que há são ações e significados da cultura construídos, instituídos, socializados e ressignificados nas estruturas mentais e sociais (1999, p. 17)

Para Odalia (2002) a violência pode ser entendida também como uma atitude de privação em que, a pessoa não tem seus direitos de cidadão respeitados. A partir dessa concepção, aponta quatro tipos de violência: a política, a social, a revolucionária e a institucional e afirma que qualquer uma delas, antes de mais nada é considerada uma violência social. Dorneles (1997), por sua vez, sugere que a violência é todo ato em que

o indivíduo é tratado como objeto ou coisa. Nesse caso, a violência retira da pessoa sua essência humana.

Segundo Minayo (1994), a violência é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política e relacional dos seres humanos. Não se conhece nenhuma sociedade onde a violência não esteja presente. Para Minayo a violência constitui um fenômeno biopsicossocial e se define a partir de relações de força em determinada sociedade.

Velho (apud Fernandes e Neves, 1996) coloca que a violência não se caracteriza apenas pelo uso da força física, mas também pela ação da ameaça de usá-la. Sugere ainda que a violência se fortalece em sociedades como a brasileira onde existem muitas desigualdades sociais, além de uma frágil afirmação de valores como cidadania e justiça. A exclusão, a desigualdade, a discriminação, o desprezo social e cultural, juntamente com sentimentos de justiça e impunidade compõem o presente cenário da violência.

No que tange à violência com crianças e adolescentes, Deslandes (apud Pinheiro, 2004) define como abuso ou maus-tratos, a existência de um sujeito em condições superiores (idade, força, posição social ou econômica, inteligência, autoridade) que comete um dano físico, psicológico ou sexual, contrariamente, à vontade da vítima ou por consentimento obtido de indução ou sedução enganosa.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)² é considerada criança pessoa com idade inferior a 12 anos e adolescente aquele com idade entre 12 e 18 anos. Para Carvalho e Rodrigues (1998) a criança e o adolescente de hoje encontram-se respaldados por uma ampla legislação, na qual são considerados seus direitos fundamentais de ser humano. Dessa forma, a criança e o adolescente possuem um lugar na sociedade e é percebida como um ser em desenvolvimento.

O artigo quinto do ECA preconiza que:

nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (1990, p.16).

² O Estatuto da Criança e do Adolescente foi instituído em 1990 com o objetivo de resgatar juridicamente a cidadania e a atenção universalizada a toda infância e adolescência brasileiras. Sua criação foi fruto de um amplo movimento da sociedade civil organizada que reivindicou, com ações propositivas, a garantia de direitos pessoais e sociais a essa população.

Azevedo e Guerra (2004) definem as principais formas de violência sofridas por crianças e adolescentes, como sendo:

Negligência: ocorre quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos etc. e quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle.

Violência física é toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal, ou seja, qualquer punição corporal, inclusive as punições ditas leves.

Violência psicológica: ocorre quando o adulto deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. Ameaças de abandono também podem tornar a criança medrosa e ansiosa, caracterizando-se, portanto, como formas de sofrimento psicológico.

Violência sexual: caracteriza-se por todo ato ou jogo sexual, de relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sobre a sua pessoa ou de outra pessoa. É também um fenômeno complexo de difícil enfrentamento, inserido num contexto histórico-social de violência endêmica e com profundas raízes culturais.

A violência sexual pode ser definida, ainda, de maneira mais ampla e genérica, como sendo: “abuso de poder, no qual a vítima é usada para gratificação sexual do agressor sem seu consentimento, sendo induzida ou forçada a práticas sexuais, com ou sem violência física” ou então, quando o agressor força a vítima a se relacionar sexualmente com um terceiro. (BALONE; ORTOLONI apud PINHEIRO 2004). Representa, também, um sério problema de saúde pública, que implica grande impacto físico e emocional para aqueles que a ela são expostos, constituindo hoje, a principal causa de morte de crianças e adolescentes a partir dos cinco anos de idade (BRASIL, 2006). Dentro dessa perspectiva, é importante destacar que, juntamente com as mulheres, as crianças e os adolescente são os principais alvos da violência.

Apenas recentemente, a violência sexual com crianças e adolescentes passou a receber destaque e visibilidade por parte dos órgãos governamentais, entidades civis,

movimentos feministas, organizações não-governamentais e até mesmo pela mídia. Sabe-se que esse tipo de violência pode levar a lesões, à gravidez indesejada, à disfunção sexual e/ou a doenças sexualmente transmissíveis (como o HIV) e, ainda, a um grande impacto sobre o estado psicológico da vítima (BRASIL, 2002).

Segundo Fernandes e Neves (2006), a violência sexual com criança e adolescente pode ocorrer tanto em um ambiente intrafamiliar, o que seria caracterizado pelo abuso sexual, estupro e sedução, bem como em um ambiente extrafamiliar, quando a violência ocorre na rua ou em instituições. A pobreza tem sido considerada uma condição fundamental para a vulnerabilidade das crianças e adolescentes aos tipos de violência sexual.

Portanto, é pertinente destacar que, a violência com crianças e adolescentes, como coloca Taquette (2007), faz parte de uma cultura que possui certas concepções de infância, de sexualidade, e de família. Esse tipo de violência, em suas diferentes manifestações, é uma das mais perversas formas de desrespeito aos direitos humanos, o que deve nos fazer pensar em mudanças na maneira de ver e de agir da sociedade em que estamos inseridos.

2.2 Aspectos conceituais do abuso sexual contra crianças e adolescentes

Para compreender a questão da violência infantil, faz-se necessário apresentar uma pequena discussão sobre a situação da criança e do adolescente no Brasil a fim de entender como esses grupos são percebidos e como a violência sexual os tem atingido. Day et al. (2003) afirmam que observando a história, é possível perceber situações abusivas e de maus-tratos contra as crianças e os adolescentes desde a Antiguidade.

A década de 1980 foi considerada favorável para importantes transformações referentes à promoção dos direitos da infância e da juventude em um processo de discussão que provocou a sanção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Segundo Pinheiro (2004), esse foi um momento de abertura política, após duas décadas de ditadura e longos anos de tentativas de reformulação do Código de Menores e, por isso, houve bastante resistência às mudanças na legislação brasileira em relação às crianças e os adolescentes.

A discussão da temática do abuso sexual contra crianças e adolescentes, por sua vez, passou a ser discutida amplamente apenas a partir dos anos 1990 com o surgimento efetivo do ECA, momento em que eles passaram a ser percebidos como sujeitos em desenvolvimento e possuidores de direitos.

Para Taquette, o abuso sexual contra crianças e adolescentes é definido como:

[...] todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou a/o adolescente. Pode se apresentar sob a forma de diversas práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou à/o adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. É possível incluir: carícias não desejadas, penetração oral, anal ou genital com pênis de forma forçada; exposição obrigatória a material pornográfico, exibicionismo e masturbação forçados, uso de linguagem erotizada em situação inadequada, impedimento ao uso de qualquer método contraceptivo ou negação por parte do parceiro (a) em utilizar preservativo, ser forçado (a) a ter relações sexuais com outras pessoas. [...] (2007, p.51)

É fundamental destacar que, quando se utiliza a categoria criança, a violência é assinalada por qualquer forma de relação sexual, pois a criança depende integralmente do adulto e não tem capacidade de decidir sobre a sua vontade sexual. O adolescente, por sua vez, por não ter ainda maturidade suficiente, em algumas situações, pode vir a provocar o adulto a fim de definir sua identidade sexual (FONSECA; HAZEU, 1998).

Além de ressaltar as definições de abuso sexual, faz-se necessário descrever suas diferentes categorias que de acordo com Amazarray e Koller (1998) são definidas como:

Incesto: o abusador é parente da vítima, podendo ser pai, padrasto e até mesmo um tutor. Nesse caso, o abuso dura muito tempo, com uma relação de confiança estabelecida e, geralmente, ocorre com o consentimento e a aceitação dos membros da família;

Abuso sexual familiar sistêmico: assim como o incesto, também ocorre em âmbito familiar, no entanto, geralmente há vários abusadores. Os pais, em grande parte dos casos, encorajam o ato ou até mesmo participam dele, ou quando não o fazem, negligenciam a proteção necessária e permitem que o abuso continue;

Pedofilia: é considerado um distúrbio sexual em que o abusador tem fantasias sexualmente excitantes e impulsos sexuais recorrentes.

Para Faleiros (1998), o abuso sexual é caracterizado por relações sociais de forças desiguais. Nele, se manifesta uma relação de poder exercida pelo adulto ou mesmo não- adulto, porém detentor de maior força sobre a criança e o adolescente em um processo de apropriação e dominação de sua pessoa enquanto outro.

Saffioti (1989), por sua vez, observa que a relação de poder entre o adulto e a criança, não é a mesma percebida entre o homem e a mulher ou entre o rico e o pobre, pois essa dominação é transitória, visto que a criança será adulto um dia. Nesse momento, ocorre uma inversão das relações intergeracionais, na qual o idoso torna-se dependente do menino que virou adulto. No entanto, de acordo com Bordin e Offord (2007), as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, se não obtiverem um tratamento psicológico adequado, podem apresentar um diagnóstico de transtorno de conduta, capaz de gerar certa agressividade e fazer reproduzir, mais tarde, o ato em outras crianças.

2.2.1 O abuso sexual no contexto intrafamiliar

O abuso sexual infanto-juvenil, na grande maioria dos casos, tem origem dentro do lar da criança e do adolescente. Dentro dessa perspectiva, o principal agressor é o pai ou o padrasto e que normalmente são as pessoas em que as vítimas mais confiam. Ocorre então, uma inversão de valores, pois a família, nesse caso, ao invés de oferecer proteção à criança e ao adolescente, oferece perigo. Como a criança confia na família, acaba por “consentir” certas carícias libidinosas, com isso, mais tarde sentir-se-ão culpadas e cúmplices (CAMPANATTI; CARVALHO, 1998).

A mãe, por sua vez, como propõe Azevedo e Guerra (1998), sendo considerada “adulto não abusador”, apresenta-se, em grande parte dos casos, submissa ao companheiro e ajuda a manter o silêncio, justificando ou até mesmo encobrendo o ocorrido. Em alguns casos, também apresenta um histórico de vitimização na infância. Há, no entanto, ocorrências em que a mãe possui contato muito próximo e afetivo com as filhas. Nesses casos, a violência não dura muito, pois ela própria percebe o que está acontecendo e protege as vítimas.

O Centro Regional de Atenção aos Maus-tratos na Infância (CRAMI) define a violência sexual doméstica como sendo: “[...] aquela praticada dentro do âmbito

doméstico por pessoa que tenha com a criança ou o adolescente uma relação de consangüinidade, responsabilidade ou afetividade”.

Para De Antoni e Koller (2004), é no seio familiar que a criança vai estabelecer seus primeiros vínculos de confiança e alcançar os primeiros passos para o desenvolvimento. A principal função da família é proteger a criança, bem como gerar seu bem-estar. “Uma família que expõe a criança à violência pode deixar uma profunda marca na sua trajetória de vida”.

Furnis (1993) afirma que o abuso envolvendo pai e filha é o de maior gravidade, pois causam conseqüências prejudiciais a vítima e aponta dois modelos de família abusiva:

A família “organizada” que mantém uma falsa imagem de família ideal e que aparentemente apresenta um funcionamento “adequado”. Aqui o casamento é idealizado, o relacionamento incestuoso é sigiloso, e existe certo preconceito ao reconhecer o problema sexual;

A família “desorganizada” que apresenta pais imaturos e dependentes emocionalmente e possui seu funcionamento de certa forma prejudicado. Nesse modelo de família note-se certo conflito conjugal e, muitas vezes, o incesto é reconhecido, porém, desconsiderado.

Para ambas as categorias de família abusiva, o momento da revelação confere uma intervenção legal e de proteção à criança, em que a família deixa sua autonomia, e o abuso se torna um problema que envolve toda a rede institucional. Ou seja, zelar pelo desenvolvimento físico, mental, psicológico e afetivo das crianças e dos adolescentes compete não apenas aos pais, mas também a toda sociedade.

2.3 As conseqüências do abuso sexual em crianças e adolescentes

De acordo com Amazarray e Koller (1998), as conseqüências do abuso sexual contra criança e adolescente podem ser divididas em físicas, emocionais, sexuais e sociais. São múltiplas as conseqüências do abuso sexual infantil, sendo que suas implicações físicas e psicológicas podem ser eternas na vida da vítima. Nos casos de violência intrafamiliar, essas conseqüências tornam-se ainda maiores.

Para Fernandes e Neves (2006), as seqüelas podem ser de curto ou de longo prazo. As seqüelas de curto prazo podem abranger: sinais físicos; algum mal-estar com sensação de modificações no corpo; dores abdominais; distúrbios alimentares; distúrbios de sono; alteração do humor como depressão ou agitação; baixa auto-estima; sentimentos de culpa e de vergonha e até mesmo dificuldade de relacionamentos; medo de sair de casa e de ficar sozinho.

Para as seqüelas de longo prazo destacam-se: a desconfiança, pois a confiança se compromete pela traição; baixa auto-estima, em que a vítima se sente fisicamente danificada, o que se torna um sentimento de ser marcado para o resto da vida; comportamentos autodestrutivos, levando a tentativas de suicídio freqüentes; maior tendência ao uso de drogas e álcool; comportamento agressivo e anti-social. Podem também surgir comportamentos criminosos, de fuga ou de abandono do lar, bem como dificuldade em constituir relações sexuais saudáveis e propensão à vida promíscua (FERNANDES; NEVES, 2006).

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é uma prática que pode ser percebida em vários âmbitos da sociedade. É importante apontar as conseqüências que esse tipo de violência traz para a vida dos indivíduos, pois, muitas vezes, a vítima não aponta um sintoma externo de fácil diagnóstico, no entanto, não quer dizer que o abuso não lhe cause efeitos em sua vida. Em alguns casos, as conseqüências podem se manifestar posteriormente e, por isso, essa criança deve ser considerada em situação de risco (AMAZARRAY; KOLLER, 1998).

CAPÍTULO 3

3 A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E A MÍDIA

3.1 A mídia impressa

Há mais ou menos um século e meio, a imprensa passou a fazer parte de uma indústria cultural que hoje se transformou em um sistema presente na vida de todo homem contemporâneo. Um caráter comercial define a figura da notícia e, nos dias atuais, a população anseia por algo mais que a informação e conhecimento em troca de sua atenção e consumo. A narração diária dos acontecimentos de interesse público é um fato escasso, procurado por profissionais mais sérios e defendido por pensadores da atividade. Esse relato passa a ser cada vez mais um modelo questionado por uma sociedade que tende ao consumismo de massa e interesse por bens supérfluos (MARSHALL, 2003).

Segundo Amaral (1997), a imprensa brasileira surgiu sob o olhar da censura e com muito atraso em relação à Europa e aos Estados Unidos. Apenas com a vinda da corte de D. João VI para o Brasil, em 1808, é que foi possível instalar a tipografia. No entanto, foi somente depois da independência do País que a luta da imprensa pela liberdade de expressão tomou visibilidade. A década de 1930, por sua vez, foi marcada pela luta contra a ditadura, e a censura faz-se presente em todos os meios de comunicação, porém, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942 a repressão passou a ser menos intensa.

Com a morte de Getúlio Vargas, em 1954, a imprensa muda seus métodos, passa a não mais divulgar a ação governamental e busca atingir um mercado urbano mais expressivo. As alianças políticas e econômicas tinham certa importância, mas era preciso também fortalecer-se como uma empresa organizada que procura gerar a garantia dos padrões de eficiência e rentabilidade. A mídia impressa modifica a temática dos jornais, do gênero e do próprio estilo redacional e moldam seus progressos obtidos. Nas décadas de 1960 e 1970, as edições jornalísticas desaparecem devido a graves problemas financeiros que afligiram a imprensa naquela época. Passado esse momento de crise, a mídia impressa brasileira ressurgiu nos anos 1990, pecando muitas vezes, pela ostentação do escândalo (AMARAL, 1997).

Como destaca Marshall (2003), na transição do século XX para o século XXI, o universo da informação se contém no espaço da pós-modernidade, no qual é marcado pelo livre mercado, livre competição, globalismo, velocidade e razão. Torna-se então, uma era caracterizada por mutações, hiperdiscursos e metalinguagens. Com isso, percebe-se que o que a imprensa reproduz hoje não retrata a realidade, mas representa um pequeno exercício de construção de uma realidade. Os meios de comunicação, por meio de sua hierarquia e seus critérios do que será noticiado, intercedem e filtram os episódios de acordo com os seus interesses e intenções.

Rossi (1980) apresenta em sua obra a objetividade jornalística, na qual a imprensa deveria assumir uma postura neutra e publicar tudo o que acontece, cabendo ao leitor tirar suas conclusões sobre as notícias. Para o autor, no entanto, essa objetividade que os jornalistas buscam é um mito, pois a informação passa por muitos filtros que não permitem a completa realização da matéria de maneira objetiva. Os próprios jornalistas transmitem em suas matérias idéias carregadas de subjetividade, uma vez que carregam consigo uma formação social, intelectual e cultural e, geralmente, têm opiniões pré-formadas sobre o assunto que noticia.

3.2 A mídia como mobilizador social no contexto do abuso sexual infantil

O acesso à informação de qualidade é um direito de todo cidadão e somente com a participação responsável dos meios de comunicação de massa será possível progredir na construção de uma relação social mais justa que possa ser capaz de garantir oportunidades de efetiva participação e desenvolvimento daquelas pessoas atualmente em situação de vulnerabilidade ou exclusão no Brasil. O diagnóstico da Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI) traz à tona, portanto, a tendência de fortalecimento de uma cobertura mais plural e contextualizada pelos jornais do País. Para o ano de 2005, o relatório indicou melhores resultados nos tipos de cobertura das notícias em comparação aos anos anteriormente analisados (ANDI, 2005).

Toro (2004) sugere que os meios de comunicação, em um projeto de mobilização social, podem ser abordados por três eixos centrais: vincular, coletivizar e identificar. O sucesso de um projeto mobilizador está na capacidade de gerar vínculos cada vez mais fortes, nos quais as pessoas irão compartilhar valores de tal forma que

não será mais possível dissociar qualquer junção. O conceito de mobilização social do autor destaca que: “[...] é um processo de convocação de vontades para uma mudança de realidade através de propósitos comuns estabelecidos em consenso”. A mídia torna-se então um fator indispensável para a existência de um processo mobilizador em que qualquer mobilização só existirá a partir do uso da comunicação pelos meios de massa.

Para que a mídia impressa possa desempenhar com eficiência o papel a ela proposto no processo de construção de um país menos vulnerável pelas injustiças sociais, é necessária uma cultura jornalística suficientemente madura capaz de pensar as questões próprias ao desenvolvimento humano como abordagem transversal à cobertura oferecida aos grandes temas do País. Em grande parte dos casos, no entanto, as matérias que têm um aspecto de mobilização social, resultam de esforços individuais e não das linhas editoriais consolidadas (VIVARTA, 2003).

Minayo e Njaine (2002) propõem que as diferentes formas de comunicação provocam mudanças essenciais nas relações familiares e no papel de instituições como, por exemplo, a escola. Destacam também que a função da mídia impressa caracteriza-se por dois diferentes planos: o primeiro visa narrar os fatos do dia, propondo a cumprir uma função informativa; e o segundo proclama um sistema de valores que se associa ao jornal como sujeito da enunciação. Nessa segunda perspectiva, Rebelo (2000) aponta que a mídia não deve apresentar uma narrativa qualquer, na qual o “modo que se fala” e o “por que se fala” tornam-se mais importantes do que “aquilo que se fala”.

A antiga inclinação de alguns meios de comunicação brasileiros às práticas clientelistas, as décadas de autoritarismo estabelecidas pelo regime militar e os recentes anos de ideologia globalizadora pautados pelo neoliberalismo dificultam o estabelecimento do papel da mídia de responsabilizador social. Nesse contexto, o cenário atual da mídia impressa reflete um paradoxo, onde as redações se destacam por obter excelentes profissionais, e ao mesmo tempo, apresentam certas limitações em relação ao nível de prioridade dedicado à agenda social brasileira, bem como à qualidade da cobertura das estratégias de tal agenda (ANDI, 2003/2004).

Como sugere Minayo e Njaine (2002), na última década, a mídia, em especial, a imprensa, tem focado com frequência a situação da infância e da adolescência no Brasil. Certamente esse fato ocorre devido aos recentes avanços dos direitos da criança e do adolescente, amparados pelo empenho dos atores sociais para a conscientização da

sociedade a respeito do proposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que agora tem força e respaldo legal. A concretização desse fato é de grande importância para que seja possível discutir a questão da mídia como mobilizador social, já que a questão da infância está se tornando cada vez mais visível na pauta dos jornais brasileiros.

Vivarta (2003) afirma ser fundamental a concepção de uma cultura de coresponsabilidade dos profissionais pela qualidade da informação pública. Busca trilhar caminhos para maior qualificação dos jornalistas, bem como dos estudantes de comunicação social, pois são considerados personagens principais no processo de democratização e de qualificação da informação. A partir dessa perspectiva, será viável a inserção prioritária dos pontos centrais para a promoção dos direitos da criança e do adolescente na agenda nacional no que tange à questão do abuso sexual.

A mídia, de certo modo, ao abordar determinadas modalidades de violência, como por exemplo, o abuso sexual contra crianças e adolescentes, alcança, por meio de sua base tecnológica, grande visibilidade, pois conta sempre com uma vantagem de transmissão através do tempo e do espaço. Vale então ressaltar que ao adotar determinados padrões para a difusão da questão da violência, a mídia deseja, na verdade, obter a confiança de seus receptores sobre a importância do assunto selecionado, bem como sobre o modo pelo qual o tema é abordado, contribuindo definitivamente, para a construção de representações sociais relativas à temática proposta (CORDEIRO; SAMPEDRO, 2001).

Ainda de acordo com Cordeiro e Sampedro (2001), ao tratar de assuntos como o abuso sexual infantil, a mídia torna-se bastante poderosa capaz de produzir uma mobilização na sociedade em torno das bandeiras da paz, da luta contra as desigualdades sociais e contra a opressão, sendo possível observar que a população não aceita aquelas formas de violência e, sobretudo, não aceita assistir àquelas imagens sem rejeitar os fatores que as provocam. É importante destacar o quanto a mídia contribui para uma sensibilização social a respeito da violência infantil. Nesses casos, os recursos por ela utilizados oferecem condições para um “efeito-indignação”.

3.2.3 A mídia e o agendamento político

Para que a mídia impressa possa ser capaz de atingir seu papel de mobilizador social, é necessário que ela interfira de maneira eficiente na agenda política, ou seja, seu trabalho deve ir além de informar a população. Deve conscientizar o governo para que ele coloque em pauta ações e políticas públicas, que, no caso do presente estudo, tratem do abuso sexual contra crianças e adolescentes. Kingdon (*apud* Juliana, 2004) se propõe a compreender os principais processos pré-decisionais da implementação de uma política social, sendo eles: o estabelecimento da agenda e a especificação de alternativas.

Desta forma é inegável que a sociedade organizada no combate a violência sexual seja o instrumento político que pressione sob a luz de denúncias e pesquisas este tipo de violência. A mídia agenda se a sociedade pauta esse interesse público. Vide a história da inclusão desta temática na vida pública brasileira nas duas últimas décadas (LEAL, 2002).

A agenda governamental consiste em uma lista de temas em que as autoridades do governo estão prestando atenção em um momento específico. O processo de especificação de alternativas é aquele em que, dentro de um conjunto de alternativas possíveis, selecionam-se efetivamente algumas opções. Para tal, os atores sociais devem reconhecer os problemas, produzir propostas de reformulação de políticas públicas e se engajar em atividades políticas, como por exemplo, campanhas eleitorais e militância de grupos de pressão (KINGDON, 1995).

Ainda de acordo com Kingdon (1995), o reconhecimento de problemas é um momento fundamental para o estabelecimento da agenda. As chances de uma proposta entrar para a agenda política se fortalecem visivelmente se estiverem interligadas a um problema importante que viole os valores comuns da sociedade. No entanto, independentemente do reconhecimento de problemas ou do desenvolvimento de propostas de ações, os eventos políticos fluem de acordo com uma dinâmica e regras próprias.

O processo de formulação da agenda política conta com a colaboração de participantes visíveis e ocultos sendo aqueles os que recebem uma pressão e atenção pública e incluem o presidente da República, funcionários de alto escalão, membros do Congresso, atores relacionados aos processos eleitorais, diretores de campanhas e os meios de comunicação. Os participantes ocultos, por sua vez, formulam propostas e

alternativas em comunidade de especialistas, e compõem esse grupo: os acadêmicos, as ONGs, os fóruns e os analistas. Cada tipo de participante conta com dinâmicas diferentes e podem atuar como impulso ou restrição para que uma alternativa ingresse na agenda (KINGDON, 1995).

De acordo com Santos (1997), os políticos possuem preferências com relação às questões que devem compor a agenda pública, bem como à maneira de solucioná-las. Todavia, como afirma Fuchs e Vivarta (2003/2004), com a ascensão dos partidos de esquerda como o Partido dos Trabalhadores (PT) gerou-se uma ampla expectativa em torno de temas antes negligenciados como a fome e a pobreza. Com isso, a pauta social fortaleceu-se nos meios de comunicação e abriu um maior espaço, embora ainda um pouco longe de um panorama ideal, proposto a acompanhar a formulação e a execução de Políticas Públicas sociais. A partir de 2004, com a entrada do presidente Lula, a mídia manteve um interesse em acompanhar as ações do governo, mesmo que para criticar ou cobrar resultados. Com base nesse novo contexto, a cobertura dos assuntos relacionados aos direitos das crianças e dos adolescentes foi visivelmente beneficiada.

CAPÍTULO 4

4 A PERCEPÇÃO DA MÍDIA EM RELAÇÃO AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

4.1 Resultado e análise dos dados

4.1.1 Achados obtidos durante o monitoramento das matérias publicadas nos jornais trabalhados

Esta pesquisa, como explicitado anteriormente, levantou 89 matérias publicadas em ambos os jornais considerados, no período de primeiro de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006, sendo 60 delas publicadas no Correio Braziliense e 29 no Jornal de Brasília. Tais matérias analisadas traziam em seu texto, o tema relativo ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. Os jornais e suas matérias veiculadas foram analisados com base no exemplo da Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI) a qual considera alguns aspectos principais, sendo eles: o número de textos publicados; o número de casos envolvendo crianças e número de casos envolvendo adolescentes³; o bairro; a relação de parentesco entre o abusador e a criança ou adolescente; os textos com ótica de denúncia; os textos com a ótica de busca de soluções; a existência ou a inexistência de uma seção juvenil; a menção ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); a menção de legislação em geral; o nome do abusador; e o nome ou inicial da criança.

De acordo com as matérias analisadas dos jornais elegidos, os dados podem ser agrupados da seguinte maneira:

Tabela 1

Número de matérias publicadas no Correio Braziliense e número de matérias publicadas no Jornal de Brasília

³ Considera-se aqui a idade preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente: é criança o indivíduo que tem até 12 anos de idade e adolescente o que tem entre 13 e 18 anos de idade.

| | Em número | Em porcentagem |
|---------------------|-----------|----------------|
| Correio Braziliense | 60 | 67,41% |
| Jornal de Brasília | 29 | 32,59% |
| Total | 89 | 100% |

A partir do número de matérias publicadas pelo Correio Braziliense pode-se inferir que:

Tabela 2

Número de matérias publicadas pelo Correio Braziliense que narravam casos de abuso sexual contra crianças e/ou adolescentes.

| | Em número | Em porcentagem |
|---|-----------|----------------|
| Narravam a ocorrência de casos de abuso sexual infantil | 45 | 75% |
| Trabalhavam a questão do abuso sexual por outro âmbito* | 15 | 25% |

* 25% das matérias publicadas tratavam a questão por outro âmbito, como por exemplo, mostravam estudos estatísticos da temática, apresentavam campanhas ou projetos de combate ao abuso sexual infantil.

- Desse total de 75% das matérias que narravam casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes do Correio Braziliense, destacam-se algumas categorias para análise, onde:

Tabela 3

Número de casos de abuso sexual ocorridos de acordo com o bairro:

| | Em número | Em porcentagem |
|---------------------------------------|-----------|----------------|
| Fora do Distrito Federal | 25 | 55,6% |
| Cidades Satélites do DF ou do Entorno | 15 | 33,3% |

| | | |
|-----------------------|---|------|
| Brasília** | 3 | 6,6% |
| Não indicavam o local | 2 | 4,4% |

**Considera-se Brasília, aqui, Plano Piloto, Cruzeiro, Sudoeste, Lago Sul e Lago Norte.

Tabela 4

Relação de parentesco entre o abusador e a vítima

| | Em número | Em porcentagem |
|---------------------------|-----------|----------------|
| Padrastos | 9 | 20% |
| Vizinhos | 5 | 11,1% |
| Padres/Pastores da região | 5 | 11,1% |
| Pais | 2 | 4,4% |
| Primos | 1 | 2,2% |
| Outros | 15 | 33,3% |
| Não indicados | 8 | 17,9% |

Tabela 5

Menção ao Estatuto da Criança e do Adolescente ou outra legislação

| | Em número | Em porcentagem |
|---|-----------|----------------|
| Matérias que fizeram referência ao ECA | 3 | 6,6% |
| Matérias que fizeram referência a alguma legislação | 2 | 4,4% |
| Matérias que não fizeram referência a nenhum tipo de legislação | 40 | 89% |

Tabela 6

De acordo com o nome do abusador e da vítima

| | Em número | Em porcentagem |
|----------------------|-----------|----------------|
| Apresentam o nome do | 25 | 55,6% |

| | | |
|--|----|-------|
| abusador | | |
| Apresentam as iniciais do nome da criança | 2 | 4,4% |
| Apresentaram nomes fictícios ou não apresentaram nomes | 20 | 44,4% |

Tabela 7

Número de casos envolvendo crianças e número de casos envolvendo adolescentes

| | Em número | Em porcentagem |
|---------------------------------|-----------|----------------|
| Casos contra crianças | 25 | 55,6% |
| Casos contra adolescentes | 16 | 35,6% |
| Não apontavam a idade da vítima | 4 | 8,8% |

Tabela 8

Matérias com propostas de denúncia e busca de soluções para o combate do abuso sexual infantil

| | Em número | Em porcentagem |
|--|-----------|----------------|
| Incentivo à denúncia e propostas de soluções | 3 | 6,6% |
| Matérias apenas com caráter narrativo | 42 | 93,3% |

Tabela 9

Foco da matéria publicada

| | Em número | Em porcentagem |
|---|-----------|----------------|
| Foco central da matéria era o abuso sexual infantil | 35 | 77,8% |
| Foco central da matéria não era o abuso sexual infantil | 10 | 22,2% |

- Do total de 25% das matérias publicadas no Correio Braziliense que não tinham o objetivo de narrar acontecimentos de abuso sexual infantil pode-se afirmar que:

Tabela 10

| | Em número | Em porcentagem |
|-----------------------|-----------|----------------|
| Incentivo à denúncia | 6 | 40% |
| Propostas de soluções | 6 | 40% |
| Estudos estatísticos | 3 | 20% |

A partir do número de matérias publicadas pelo Jornal de Brasília pode-se inferir que:

Tabela 11

Número de matérias publicadas pelo Jornal de Brasília que narravam casos de abuso sexual contra crianças e/ou adolescentes.

| | Em número | Em porcentagem |
|---|-----------|----------------|
| Narravam a ocorrência de casos de abuso sexual infantil | 24 | 82,75% |
| Trabalhavam a questão do abuso sexual por outro âmbito* | 5 | 17,25% |

* 17,25% das matérias publicadas tratavam a questão por outro âmbito, como por exemplo, mostravam estudos estatísticos da temática, apresentavam campanhas ou projetos de combate ao abuso sexual infantil.

- Desse total de 82,75% das matérias que narravam casos de abuso sexual contra crianças no Jornal de Brasília, destacam-se algumas categorias para análise, onde:

Tabela 12

Número de casos de abuso sexual ocorridos de acordo com o bairro:

| | Em número | Em porcentagem |
|--------------------------|-----------|----------------|
| Fora do Distrito Federal | 10 | 41,6% |

| | | |
|---------------------------------------|---|-------|
| Cidades Satélites do DF ou do Entorno | 8 | 33,3% |
| Brasília** | 0 | 0% |
| Não indicavam o local | 6 | 25% |

**Considera-se Brasília, aqui, Plano Piloto, Cruzeiro, Sudoeste, Lago Sul e Lago Norte.

Tabela 13

Relação de parentesco entre o abusador e a vítima

| | Em número | Em porcentagem |
|---------------------------|-----------|----------------|
| Padrastos | 4 | 16,6% |
| Pais | 3 | 12,5% |
| Vizinhos | 3 | 12,5% |
| Padres/Pastores da região | 2 | 8,3% |
| Tios | 1 | 4,2% |
| Outros | 7 | 29,2% |
| Não indicados | 4 | 16,6% |

Tabela 14

Menção ao Estatuto da Criança e do Adolescente ou outra legislação

| | Em número | Em porcentagem |
|---|-----------|----------------|
| Matérias que fizeram referência ao ECA | 0 | 0% |
| Matérias que fizeram referência a alguma legislação | 5 | 20,8% |
| Matérias que não fizeram referência a nenhum tipo de legislação | 19 | 79,2% |

Tabela 15**De acordo com a existência do nome do abusador e da vítima**

| | Em número | Em porcentagem |
|--|-----------|----------------|
| Apresentam o nome do abusador | 17 | 70,8% |
| Apresentam as iniciais do nome da criança | 7 | 29,2% |
| Apresentaram nomes fictícios ou não apresentaram nomes | 0 | 0% |

Tabela 16**Número de casos envolvendo crianças e número de casos envolvendo adolescentes**

| | Em número | Em porcentagem |
|---------------------------------|-----------|----------------|
| Casos contra crianças | 14 | 58,3% |
| Casos contra adolescentes | 8 | 33,3% |
| Não apontavam a idade da vítima | 2 | 8,3% |

Tabela 17**Matérias com propostas de denúncia e busca de soluções para o combate do abuso sexual infantil**

| | Em número | Em porcentagem |
|--|-----------|----------------|
| Incentivo à denúncia e propostas de soluções | 3 | 12,5% |
| Matérias apenas com caráter narrativo | 21 | 87,5% |

Tabela 18**Foco da matéria publicada**

| | Em número | Em porcentagem |
|---|-----------|----------------|
| Foco central da matéria era o abuso sexual infantil | 20 | 83,3% |
| Foco central da matéria não era o abuso sexual infantil | 24 | 16,7% |

- Do total de 17,25% das matérias publicadas no Jornal de Brasília que não tinham o objetivo de narrar acontecimentos de abuso sexual infantil pode-se afirmar que:

Tabela 19

| | Em número | Em porcentagem |
|-----------------------|-----------|----------------|
| Incentivo à denúncia | 2 | 40% |
| Propostas de soluções | 3 | 60% |

A partir de uma análise de conteúdo mais esmiuçada e ampla, pode-se inferir, ainda, que os jornais do Distrito Federal retratam a questão do abuso sexual infantil de maneira não satisfatória, visto que a maioria das matérias não aponta soluções para o assunto; não citam o ECA, tampouco, outra legislação; não fazem incentivo à denúncia e, muitas vezes, focalizam outro tipo de violência, como por exemplo, um homicídio. Mesmo as poucas matérias que têm o objetivo de tornar público os problemas da infância, não merecem destaque em relação às outras matérias, ocupando pequeno espaço dentro do caderno, da seção que está inserido.

4.1.2 A percepção dos jornalistas do Distrito Federal em face da questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes

O estudo contou ainda com duas entrevistas, cada uma com um profissional relacionado ao tema de violência dos jornais trabalhados. Tais entrevistas tinham o propósito de perceber a visão dos jornalistas no que se refere à temática da violência sexual infantil. De acordo com o roteiro de entrevista, elaborado para a realização da

pesquisa, foram elencadas algumas categorias que serviram de base para a análise de conteúdo mais minuciosa e detalhada dos dados obtidos, sendo elas: o papel da mídia impressa; o papel social da mídia impressa; a posição do jornal no que se refere aos direitos da infância, bem como no combate àquele tipo de violência; como a mídia impressa se relaciona com a mobilização social e o agendamento político; as limitações dos jornais em tratar a questão dos problemas da violência sexual infantil; as medidas que poderiam ser tomadas pelo jornal a fim de tornar a questão da violência sexual com crianças e adolescente mais visível.

Com base nas informações obtidas das entrevistas, pode-se afirmar que o papel da mídia impressa não é de apenas informar, mas também de criar nas pessoas uma capacidade de crítica e de percepção do que acontece no mundo. Como se pode perceber na seguinte afirmação:

Eu acho que o papel da mídia impressa não é só informar, mas é tentar mostrar além daquilo que você vê [...] é passar detalhes que a televisão não mostra. A televisão não tem espaço pra trabalhar matérias do cotidiano. Então aqui você tem um espaço pra mostrar a vida das pessoas, em uma matéria impressa você tem espaço pra mostrar quem é aquela vítima, quem é o autor, contar a vida do autor, contar a vida da vítima. É você tentar trazer o leitor pra dentro da vida da pessoa. Porque você cria uma linha direta com o leitor. [...] A televisão não, ela joga a imagem, e às vezes você não se toca do que estão falando, você tá vendo a imagem e é tudo. Por isso, você não desenvolve uma capacidade de perceber o que realmente está acontecendo a sua volta. (Jornalista 1)

No que se refere ao papel social da mídia impressa, pode-se inferir que, os jornalistas do Distrito Federal têm conhecimento de sua responsabilidade social, principalmente, quando se refere às pessoas de classes menos favorecidas e, muitas vezes, procuram apresentar um bom trabalho em relação aos problemas da sociedade. Eles acreditam que podem ser capazes de pressionar a justiça ou o governo para a melhoria da vida desses indivíduos. Tal argumento pode ser confirmado na seguinte fala:

Nossa, com certeza a imprensa tem um papel social. Eu acho que papel social é o seguinte, tem dois papéis na verdade [...] Para as pessoas de classe mais baixa, eu acho que a mídia, tem um papel de protetor, eles vêem a mídia como uma proteção pra eles. [...] é social porque as pessoas acreditam que a mídia

tem o poder de ajudar a população. [...] Além de informar, ela faz pressão. [...] o caso do acidente da ponte JK, a gente fez tanta pressão, que ele ta preso até hoje. (Jornalista 2)

Ao tratar as questões referentes aos direitos da infância, pode-se inferir que os jornais do Distrito Federal apresentam um recorte socioeconômico, pois estão preocupados com a imagem da companhia e em não se arriscar. Tal fato é constatado quando uma matéria é feita sobre uma criança de classe média ou alta e outra sobre uma de classe baixa em que existe um cuidado muito maior em preservar a primeira. Isso ocorre por que os empresários se preocupam apenas com a imagem da editora e com seu possível fechamento. Destaca-se então a seguinte afirmação:

Vou ser bem sincera com você. Depende muito se a pessoa é pobre ou se ela é rica. Eu vou fazer uma matéria na Ceilândia, por exemplo, sobre um menino de 15 anos que morreu. Eu vou noticiar aquilo com a foto dele, eu já fiz isso várias vezes. Aí quando foi o filho do sargento da marinha, que matou ou que morreu, o jornal não fala nem o nome. Porque o jornal, na verdade os donos dos jornais, não estão preocupados em defender a imagem da criança e do adolescente, não. Eles estão preocupados em não levar multa. Então eles sabiam, eles tinham pra eles que o sargento não ia gostar e poderia processar [...] Aquela adolescente que foi estuprada lá na cela, mostrou a mãe da menina, porque ela é pobre. Porque se ela fosse rica não tinham mostrado. Não pode. [...] o ECA, entende que se você mostrar alguém da família, você mostra a pessoa. Se você escreve o nome da mãe, obviamente você vai saber o nome da filha. [...] Os jornais não estão preocupados com direito de ninguém não. Estão preocupados com multa, com o fechamento da editora. Porque o ECA ta muito rígido nas regras. (Jornalista 1)

Sobre a relação entre a mídia e a mobilização social, uma das pessoas entrevistadas afirmou não confiar mais na existência de uma mobilização social, pois, nos dias atuais, todos os movimentos têm um fundo e uma lógica capitalista. No entanto, a segunda entrevistada acredita que a mídia tem sim um papel de mobilizar a sociedade para que todos lutem por uma causa comum e atinjam bons resultados ao apresentar propostas de modificações na agenda do governo. Os trechos a seguir corroboram tal colocação:

[...] Para mim, ela (a mobilização social) acontecia quando as pessoas se reuniam em prol de uma meta. Antigamente era o movimento estudantil, o movimento dos sem terra. [...] eu acho que isso não existe mais. É tudo como se fosse assim... não existe o caixa dois? É como se fosse um caixa dois dos movimentos sociais, porque os movimentos sociais de hoje, não são mais em prol de uma sociedade, mas sim de um interesse particular. (jornalista 1)

O jornal consegue reunir as pessoas. Por exemplo, no caso da Fatinha da Maria Cláudia Del Isola, foi publicado que o julgamento seria em tal dia, e que algumas pessoas se reuniram pra pedir justiça. Eu nunca vi tanta gente aqui na frente do Tribunal. [...] Porque a partir do momento em que você dá uma notícia, e essa notícia traz algum impacto social, você pode ter certeza, que na política, o que tiver programado, ele muda. Então você consegue mudar um plano político. Eu dou o caso novamente do acidente da ponte JK, que é o mais recente [...] ninguém tava nem aí pro trânsito, o trânsito em Brasília estava cada vez mais violento, faz-se uma pressão tão grande em cima de um acidente, que agora a ponte JK é monitorada 24 horas por dia, existe câmeras em vários pontos de Brasília, contrataram mais umas 300 pessoas pra trabalharem no trânsito. Eu acho que isso responde sua pergunta de interferir. Interfere 100%. (Jornalista 2)

Em relação às dificuldades encontradas ao trabalhar casos de infância nas publicações dos textos, os entrevistados afirmam que existem profissionais interessados em estudar e tratar essas questões. Entretanto, por não haver, dentro do jornal, um departamento específico que trate dos assuntos de criança e adolescente, o espaço do jornalista fica limitado, e os problemas da infância acabam sendo apontados como qualquer outro problema de violência. As redações dos jornais não estão preparadas para uma discussão dos direitos das crianças, bem como em mostrar os casos e apontar soluções.

[...] é uma questão de ser uma matéria mais chocante. Não tem na verdade dificuldade ou facilidade da matéria ser incluída na pauta. [...] A inclusão é assim, às vezes acaba publicando matéria que não é nem interessante, mas sobra espaço no jornal, e entram matérias que normalmente não entraria no jornal. Então na verdade o que determina a inclusão de uma matéria é sobrar espaço ou não. [...] mas normalmente ela precisa chocar. (Jornalista 2)

[...] aqui no jornal não tem um departamento próprio pra tratar a questão da infância não. Na verdade acho que em nenhum do

Brasil existe [...] eu acho mesmo muito difícil colocar um espaço no jornal pra tratar desse assunto. Porque não é tanto, se tivesse um funcionário só pra isso, ele quase não ia fazer nada. (Jornalista 1)

Ao serem questionados sobre as medidas que os jornalistas deveriam tomar visando tornar a questão da violência sexual com crianças e adolescentes mais visível e garantir que ela se torne de fato uma pauta na agenda política brasileira, ambos mostraram-se descredenciados da possibilidade de os jornais passarem a tratar a questão da infância como um problema social. Todavia, apontaram o problema como sendo extrínseco aos interesses dos jornais, ou seja, algo que eles não podem interferir. Tal afirmativa pode ser ratificada nas seguintes falas:

[...] Você deve saber que na própria vara da infância e da juventude, quando vão julgar algum processo familiar, ninguém pode ir, é fechado, em todos os outros processos que ocorrem você tem acesso. Então você vê que já daí a criança é protegida pelos meios. Existe essa proteção. Eu acho errado, porque as pessoas acabam pensando que não existem tantos casos de violência sexual infantil no Brasil. E existem muitos casos, mas nem temos como dar voz a isso. Como você vai dar voz, se você não sabe. (Jornalista2)

[...] Você tem que ser amigo da polícia. Repórter policial tem que ser amigo da polícia, senão você não fica sabendo de nada. Então a gente acaba não tendo acesso a essas informações. E se não tem acesso, não tem como você noticiar. (Jornalista 1)

Os entrevistados apontam ainda que, para 700 matérias publicadas em relação à violência no Distrito Federal, em média por ano, 20 são publicadas com o recorte da violência sexual infantil. Entretanto, isso não quer dizer que não ocorrem casos de violência infantil, mas que, muitas vezes, esses casos não são veiculados:

[...] Por ano? Umas dez, mas que saiam ta? [...] Todos os casos de violência infantil que eu trabalhei, foi uma ponte, dentro da polícia, e eles me comunicaram. Mas nem fazendo a ronda. A gente faz uma ronda todos os dias, liga em todas as delegacias, em todos os postos da polícia, de Brasília e do entorno. ‘tem alguma ocorrência de destaque?’ e eles não passam, geralmente não passam. Acho muito difícil. Então assim, dez são os casos que a gente fica sabendo que alguém ligou, mas eu acredito que

esse número seja bem maior. [...] Por ano? De polícia? Nossa, muitas. O ano tem 365 dias. Põe aí umas 700. (Jornalista 1)

[...] Os casos publicados são poucos, mas são os que a gente consegue ter notícia. Então, geralmente quando sai um caso de violência infantil, um jornal dá furo no outro. Porque foi alguém que descobriu, porque tinha uma fonte [...] é realmente muito difícil receber esse tipo de informação. Então eu acho que faço em média uma matéria de violência infantil por mês [...] enquanto umas três por dia no geral [...] (Jornalista 2)

De acordo com as entrevistas, pode-se perceber que os jornalistas não estão muito preparados para trabalhar com a questão dos direitos da infância. Apesar de estarem cientes de seu papel social de mobilizador, eles não possuem uma formação qualificada para tal exercício. Os jornais do Distrito Federal têm apenas o interesse de vender, e as empresas não se preocupam com assuntos que não farão diferença ou que não terão prestígio.

A partir de uma junção das análises feitas por meio das matérias publicadas nos jornais, bem como das entrevistas com os jornalistas, pode-se afirmar que a mídia impressa do Distrito Federal não atinge seu objetivo de mobilizador social, pois a cultura jornalística madura anteriormente apontada no estudo, não vem obtendo sucesso como mediadora das propostas de construção de um País que seja menos vulnerável e que não possua tantas injustiças sociais. Nesse sentido, de acordo com os dados levantados, pode-se perceber que as matérias publicadas referentes ao assunto do abuso sexual contra crianças e adolescentes ainda são poucas em relação às outras matérias publicadas, o que significa grande descaso por parte dos jornais em retratar a questão dos problemas e dos direitos da infância. Essa temática ainda carece de sensibilização por parte de toda sociedade e, principalmente, nos espaços de formação e de qualificação dos jornalistas.

No que diz respeito ao abuso sexual infantil, pode-se concluir que ele ocorre em todas as classes sociais, no entanto, com medo da repressão, os jornais apenas dão visibilidade aos casos em áreas pobres ou do interior. Tal impressão nos faz ter a falsa idéia de que a violência sexual com crianças e adolescente ocorre, apenas, nesses locais onde o descaso por parte do governo e do resto da sociedade é maior, Todavia se nota que o problema de abuso sexual infantil é estrutural e ataca todos os segmentos sociais.

4.2 Ressalvas

Faz-se importante destacar que a amostra selecionada para a realização da pesquisa é muito pequena considerando que foram selecionados somente dois jornais do Distrito Federal, em um recorte de apenas um ano, e que das categorias gerais de violência sexual desconsideraram-se a exploração sexual, a pedofilia, o atentado violento ao pudor e a prostituição infantil. Com base nos resultados deste estudo, sugere-se que outras pesquisas, envolvendo a questão da violência sexual infantil no Brasil, sejam realizadas a fim de que se possam conscientizar os profissionais relacionados à mídia impressa da necessidade de tornar visível a toda sociedade brasileira os imensos problemas relacionados à infância. Embora esses problemas aconteçam todos os dias, raramente tomamos conhecimento deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado pode-se concluir que a hipótese levantada para a realização da pesquisa foi confirmada, pois se percebe que em geral, a mídia impressa do Distrito Federal não se comporta como um agente de mobilização social no combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Durante a análise dos dados das entrevistas e das matérias colhidas para o monitoramento, nota-se que a mídia possui um papel social no que tange à disseminação da informação para toda a sociedade, a fim fazer uma pressão no governo, para que sejam formuladas e instituídas políticas públicas. No entanto, quando o assunto analisado é da violência contra crianças e adolescentes, entende-se que a sociedade, e principalmente os meios de comunicação ainda não estão preparados para trabalhar tal questão.

A falta de informação e a incapacidade que a imprensa tem de tornar público e dar visibilidade à questão da violência sexual contra crianças e adolescentes se relaciona, muitas vezes com o medo das vítimas e dos familiares em denunciar as agressões, visto que, grande parte dos casos de abuso sexual, principalmente contra as crianças, ocorre dentro de casa ou na vizinhança. Nesse sentido, a mídia deve inicialmente fazer um trabalho de alertar a sociedade e cobrar das autoridades, um esclarecimento do problema como sendo um fenômeno psicológico e social, como propõe relatórios da Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI – bem como na divulgação de projetos e serviços que atendem as crianças, os adolescentes e seus familiares.

Os jornalistas do Distrito Federal ainda contam com uma dificuldade em ter acesso às estatísticas oficiais, então, além dos casos que não são denunciados pela vítima, ainda existem aqueles que a polícia geralmente não viabiliza para a mídia. Algumas entidades da sociedade civil produzem dados de abuso sexual contra crianças e adolescentes, entretanto ainda não há indicadores precisos para que seja possível enxergar a dimensão do problema com o intuito de incentivar tomadas de decisões do governo. Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF – apontam que no mundo, cerca de um milhão de crianças e adolescentes são vítimas de violência sexual, e com certeza a sociedade como um todo não tem acesso a essas informações.

Mesmo com grandes avanços que o Brasil a mídia impressa brasileira alcançaram, no sentido de trabalhar os problemas da infância e sensibilizar a opinião pública para a luta contra o abuso sexual infantil, essa temática ainda carece de sensibilização por parte de toda sociedade e principalmente nos espaços de formação e de qualificação dos jornalistas. Como não existe uma solução imediata para a questão da violência sexual contra as crianças e os adolescentes, o seguinte estudo tem o intuito de propor algumas alternativas para que a mídia impressa possa alcançar com êxito seu papel de mobilizar a sociedade e construir uma relação ativa com a formulação e instituição de políticas sociais no que se refere o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.

A violência sexual, como afirma Vivarta (2003) abarca ainda outros aspectos muito mais complexos, como por exemplo, a prostituição infantil e a exploração sexual, que não foram consideradas na pesquisa. Por isso é importante destacar que tais casos devem ser tratados com ainda mais cuidado, pois têm origem nas relações desiguais de poder, onde as crianças, principalmente as meninas encontram-se mais vulneráveis a esses tipos de violência. Os casos de abuso sexual podem ser observados em todas as classes sociais, já os casos de exploração são mais frequentes nas classes menos favorecidas. Ao trabalhar questões da violência sexual infantil, a mídia abre espaço para uma maior reflexão acerca dos direitos da infância e dos problemas que essa porção da sociedade vem enfrentando.

O Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística, criado pela ANDI e pelo Instituto WCF-Brasil no ano de 2002, é um grande exemplo de incentivo e estímulo à investigação. Tal iniciativa é de extrema importância quando o assunto é a violência sexual infantil e quando o objetivo dar visibilidade ao problema para toda a sociedade. Os jornalistas podem procurar outros meios de conseguir dados e produzir matérias relacionadas ao tema da violência sexual infantil, como por exemplo, traçando parcerias com entidades não-governamentais que tratam dessa questão. Podem ainda publicar textos que visem esclarecer os outros seguimentos da sociedade a fim de levar à conscientização da prevenção ou até mesmo à denúncia que ainda não é realizada em todos os casos.

As Universidades são espaços legítimos de fazer ciência, e realizar debates em prol da sociedade como um todo, por isso devem ser responsáveis por formar

profissionais conscientizados e sensibilizados a tratar a questão da infância. A partir dessa perspectiva, o presente estudo considera primordial que os currículos dos cursos de Comunicação Social das Universidades Brasileiras abarquem disciplinas referentes à produção de pesquisas sociais, à psicologia, às questões sociais, e aos problemas da infância, e que incentive os estudantes a participarem de seminários e palestras sobre o assunto, para que os futuros profissionais possam estar preparados, qualificados e interessados em trabalhar esse assunto. Sabe-se que essas temáticas possuem muitas especificidades e por isso devem ser bem estudadas, contextualizadas e problematizadas. Quando um jornalista se forma, em geral, ele não está capacitado para lidar com as peculiaridades que os problemas sociais apresentam. Ele tende a reproduzir a cultura jornalística de ser apenas narrador e não se encontra preparado para se inserir como sujeito dessa sociedade, participando ativamente de propostas de mudança.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luís. **Jornalismo: matéria de primeira página**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1997.

AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicol. Reflex. Crit.** , Porto Alegre, v. 11, n.3, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>

ARAÚJO, Anísio José da Silva. **Paradoxos da modernização: terceiriza e segurança em uma refinaria de petróleo**. [Doutorado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2001. 370 p.

AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. N. A. (org). **Módulos do Telecurso de Especialização na Área de Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes**. São Paulo: LACRI/IPUSP, 2004.

BANDEIRA, Lourdes. Violência sexual, imaginário de gênero e narcisismo, In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Ed. UnB, 1999, p 353-386.

BORDIN, Isabel AS; David R Offord. Transtorno da conduta e comportamento anti-social. **Revista Brasileira de Psiquiatria** 2000; 22(Supl II): 12-5 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v22s2/3789.pdf>

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil**. Coleção Garantia de Direitos, Série Subsídios. Brasília: SEDH/DCA, 2002.

CAMPANATTI, Patrícia Cristina Alves; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. Exploração sexual contra crianças e adolescentes: o cotidiano e as representações sociais das meninas no Distrito Federal. In **Violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes**. Revista do Programa de pós-graduação em Política Social. Brasília: SER/UnB, 1998.

CHAIBUB, Juliana Rochet Wirth. Programas de transferência de renda e enfrentamento da pobreza: análise dos processos de formação e formulação do Programa Nacional Bolsa-Escola (dissertação de mestrado). Brasília: UnB, 2004.

CORDEIRO, Tânia; SAMPEDRO, Victor. Violência e mídia: uma questão de responsabilidade social. Bahia Análise & Dados, Salvador, v.11, n 1. Disponível em: www.sei.ba.gov.br

CRAMI. **Abuso Sexual Doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor.** Série Fazer Valer os Direitos. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2002.

DAY, Vivian Peres; TELES, Lisieux Elaine de Borba, ZORATTO, Pedro Henrique et al. Violência Doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. Psiquiatr. Rio Gd. Sul**, v. 25, suppl. 1, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br>

DORNELES, João Ricardo Wanderley. Violência urbana, direitos da cidadania e políticas de segurança no contexto de consolidação das instituições democráticas e das reformas econômicas neoliberais. **Discursos sediciosos – Crime, direito e sociedade**, ano II, n. 4, jul/dez 1997, p. 103-120.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In **Violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes.** Revista do Programa de pós-graduação em Política Social. Brasília: SER/UnB, 1998.

FERNANDES, Esmeralda Moreira; NEVES, Maria da Graça Camargo. **Abuso Sexual: Políticas Sociais para Criança e Adolescente.** Brasília: UnB, 2006.

FUCHS, Marcus; VIVARTA, Veet. **Infância na mídia: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira.** Relatório da ANDI 2003/2004.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar.** São Paulo: Editora Artes Médicas, 1993.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Brasília: Universidade de Brasília, Vol. 22 n.2,2006.

HAZEL, Marcel; FONSECA, Simone. Exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes no Pará. In **Violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes.** Revista do Programa de pós-graduação em Política Social. Brasília: SER/UnB, 1998.

KOLLER, S. H.; DE ANTONI, C. (2004). Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. In KOLLER, S. H. (Org.), **Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil** Porto Alegre: Casa do Psicólogo, 2004.

LAVILLE, Cristian; DIONNE, Jean. **A construção do Saber, manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. A mobilização das ONGs no Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes entre 1993 a 2002. São Paulo: PUC, 2002.

MARSHAL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência como desafio à saúde pública. **Cad. Saúde**, Rio de Janeiro, 1994.

NJAINÉ, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Discourse analysis on press coverage of riots by juvenile law offenders in correctional facilities. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo>

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

PINHEIRO, Raquel Carvalho. O discurso da mídia impressa sobre a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: o silêncio que tem sentido. (monografia). Brasília: UnB, 2004.

RODRIGUES, Alissandra Alves; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de Carvalho. A violência doméstica contra crianças e adolescentes: análise do fenômeno no Distrito Federal. In **Violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes**. Revista do Programa de pós-graduação em Política Social. Brasília: SER/UnB, 1998.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 10 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

SAFFIOTI, Heleieth. A exploração sexual de meninas e adolescentes: aspectos históricos e conceituais. In BOMTEMPO, Denise; BOSETTI, Enza; CÉSAR, Maria Auxiliadora; LEAL, Maria Lúcia Pinto (orgs.) **Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil**. Brasília, Distrito Federal: UNESCO/CECRIA, 1995.

SANTOS, Fabiano. Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>
SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

TAQUETTE, Stella R. **Mulher adolescente/jovem em situação de violência: propostas de intervenção para o setor saúde, módulo de auto-aprendizagem**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

VIVARTA, Veet (coord.) **O grito dos inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes**. Série Mídia e Mobilização Social. São Paulo: Cortez, 2003.

Relatório a Mídia dos Jovens. Relatório da ANDI, 2005.

ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro de entrevistas para os jornalistas

- 1) Na sua opinião, qual é o papel da mídia impressa?

- 2) Quais são os fatores que determinam a inclusão de uma matéria no jornal?

- 3) Existe algum departamento, grupo, ou profissional que se dedica ao acompanhamento de questões ligadas especificamente à infância?

- 4) De que forma vocês têm acesso às informações relacionadas à violência sexual de criança e adolescente? Vocês possuem uma equipe que procura esse tipo de informação, ou vocês as recebem?

- 5) Vocês possuem alguma estimativa de quantas reportagens o jornal faz por ano/mês sobre casos de violência sexual de criança e adolescente? E qual a relação delas com as outras matérias?

- 6) De que forma a informação sobre a violência sexual de criança e adolescente é veiculada? Qual enfoque é dado nas reportagens?

- 7) Na sua opinião, a mídia impressa possui algum papel social? Se sim, qual seria esse papel?

- 8) Você sabe o que é agendamento político/ público?

- 9) Na sua opinião, de que forma a mídia impressa se relaciona com o agendamento político?

- 10) O que você entende por mobilização social?

- 11) De que forma a mídia impressa se relaciona com a mobilização social?
- 12) Você acredita que o jornal tem sido um instrumento de mobilização social?
- 13) Como são tratados os direitos da infância na pauta do jornal?
- 13) Quais são as possibilidades e limitações do jornal ao tratar da questão da violência sexual de criança e adolescente?
- 14) Você acredita que o jornal tem dado a visibilidade necessária e suficiente à questão da violência sexual contra crianças e adolescentes? Se sim, de que forma? Se não, por quê?
- 15) Quais seriam as medidas que poderiam ser tomadas pelo jornal no sentido de tornar a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes mais visível e garantir que ela se torne de fato uma pauta na agenda política brasileira?

Anexo 2 - Roteiro para análise de conteúdo das matérias selecionadas

- Matérias com o tema de abuso sexual infantil
 - Número de textos publicados a partir do tema do abuso sexual infantil;
 - Número de casos envolvendo crianças e número de casos envolvendo adolescentes;
 - Bairro;
 - Relação de parentesco entre o abusador e a vítima;
 - Existência de textos com ótica de denúncia;
 - Existência de texto com ótica de busca de soluções;
 - Existência ou inexistência de uma seção juvenil;
 - Localização da matéria e relação com as outras;
 - Circunstância do abuso;
 - Discurso do jornalista (se positivo ou negativo);
 - Menção ao ECA ou à outra legislação;
 - Existência ou inexistência do nome da criança e/ou do abusador na matéria;
 - Idade da vítima.

